

Título: A Estratégia Psicossocial como instrumento de construção e manutenção de legitimidade, adesão e consentimento na ditadura militar no Brasil (1964 – 1985).

DAVID ANTONIO DE CASTRO NETTO*

Introdução:

Ao observar as análises sobre o período da história do Brasil marcado pela ditadura civil-militar (1964 – 1985), podemos fazer três constatações sumárias. A primeira delas é que o interesse pelos eventos de março e abril de 1964 não é novo. Na crônica política podemos encontrar as tentativas de explicação para os desdobramentos da(s) crise(s) que levaram ao golpe militar e, nesse sentido, a “Coluna do Castelo”, de Carlos Castello Branco, publicadas no Jornal do Brasil são o exemplo mais vívido desta tentativa. Em segundo lugar, é possível observar grande destaque para questões referentes ao aparato repressivo e, mais especificamente, sobre a tortura e a censura. Os relatos daqueles que foram vítimas do sistema repressivo e de seus torturadores contribuem para a denúncia dos crimes cometidos pelos agentes do Estado. Em 1964, Márcio Moreira Alves publica uma série de reportagens importantes contendo as denúncias sobre as torturas ocorridas no Nordeste, obrigando o então chefe da Casa Militar, Ernesto Geisel, a viajar para apurar os acontecimentos.

Ao analisar a tortura e o aparato repressivo os estudos contribuem para o esclarecimento de um dos pontos principais da ditadura civil-militar, trazendo para o conhecimento público termos como “cadeira do dragão”, “maquineta” e “geladeira”.

Em terceiro lugar, apontamos a existência de uma memorialística de esquerda que produziu (e produz) uma espécie de “memória dos vencidos”. Essa memória produz relatos sobre a atuação nas guerrilhas, nos partidos clandestinos e nos revelam as lutas travadas em torno de um objetivo. Essa memorialística de esquerda, mais especificamente, a memória da esquerda armada, firmou-se como “memória oficial”, ou “a memória da resistência”.

Grosso modo, essas duas vertentes se consolidaram como viés explicativo para os anos da ditadura. Entretanto, chamamos atenção para o fato de que “novas” abordagens sobre o período estão sendo feitas, atualmente, com o intuito de entender não apenas o

*Universidade Estadual de Londrina – Mestre.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

2

Estado opressor, mas também as ligações deste Estado com a sociedade civil, ligação esta que consolidou e legitimou a ditadura militar durante os 21 anos de sua existência.

Desta maneira, o objetivo deste artigo é apresentar, por meio da análise da Estratégia Psicossocial, inscrita na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN), o projeto de obtenção de legitimidade pela ditadura militar brasileira para além do uso exclusivo da repressão. Neste sentido, a estratégia citada apresenta as questões que devem ser observadas para que outro tipo de intervenção na sociedade ocorresse de maneira a aglutinar a sociedade em torno do projeto político e econômico estabelecido pela ditadura militar.

No intuito de cumprir nosso objetivo, acreditamos ser necessário romper com o maniqueísmo que observa o Estado opressor x sociedade oprimida. Em primeiro lugar, devemos observar uma espécie de “mudança no perfil” da sociedade brasileira após a edição da lei de Anistia, em 1979. Para Reis (2004) aquele seria o marco fundador de uma “sociedade resistente”, totalmente avessa a instauração da ditadura militar.

Essa necessidade de afastamento da ditadura ou de qualquer ligação com ela obscurece o fato de que a ditadura militar brasileira surge do interior da própria sociedade, com base em traços autoritários que existem desde a formação da nação brasileira. Em outras palavras, a ditadura é filha da sociedade brasileira, não sendo, portanto, estranha a ela. Como afirma Reis (2004: 50):

(...) Mas a ditadura militar, não há como nega-lo, por mais que seja doloroso, foi um processo de construção histórico-social, não um acidente de percurso. Foi processada pelos brasileiros, não imposta, ou inventada, por marciais. Reconhece-lo pode ser um exercício preliminar para compreender seus profundos fundamentos históricos e sociais e para criar condições para que o abominável não volte a assombrar e atormentar a história destes Brasis.

As lutas pela Anistia podem ser vistas como marcos do redirecionamento da construção da memória da sociedade para com seu passado recente. Tal processo tem como resultado profundas modificações naqueles que tiveram papéis importantes durante os anos da ditadura, tanto para àqueles que estavam dentro do sistema, quanto para àqueles que tinham como objetivo destruí-lo.

De maneira geral era necessário integrar a sociedade dentro de um projeto de reconciliação consigo mesma e de tal forma este seria o objetivo do projeto de lei que deu origem a Anistia. Aprovado, tinha como base a “família brasileira”, ou melhor, a capacidade

da família brasileira em “perdoar” tanto àqueles que cometeram atrocidades, quanto àqueles que lutaram contra a ditadura.

No interior deste embate, o projeto revolucionário das esquerdas é transfigurado em resistência democrática. O objetivo, então, não era mais a instaurar a ditadura do proletariado e destruir o capitalismo (projetos claros já em 1961)¹, mas sim destruir a ditadura e retornar para os caminhos democráticos, tão caros a “nova” sociedade brasileira. Obscurece o fato de que as propostas revolucionárias não encontraram eco na sociedade brasileira. A distância entre as organizações e os trabalhadores que eles queriam representar não fora diminuída ou mesmo eliminada.

No campo da direita, àqueles que tradicionalmente defenderam o golpe e lutaram por sua longevidade também se colocam como defensores da democracia, sempre atentos e, dentro das possibilidades, lutaram para que a democracia sempre estivesse no horizonte, ainda que com algum atraso. Em suma:

No processo a nação foi se metamorfoseando. Ali já não existiam mais partidários da ditadura, e todos eram convictos democratas. Figuras da maior expressão – favoráveis à instauração do arbítrio e, durante muitos anos, partidários de sua continuidade – e seus beneficiários surgiam agora visitando presos políticos e defendendo a democracia, e fosse alguém duvidar da autenticidade de seus propósitos, seria imediatamente estigmatizado como mesquinho revanchista. Chegou um momento em que não se sabia mais como pudera existir naquele país uma ditadura tão feroz. A força daquela maré democrática, tão disseminada, suscitava a questão de como fora possível àquela gente ter aturado tantos anos o arbítrio dos militares, e não logo escorraçado a ditadura tão repudiada? Cada um a seu modo, todos haviam resistido.

Resistência, a palavra fora encontrada. Virou um mote. Seria preciso agora universalizá-la. De modo que não houvesse naquela refrega vencedores e vencidos, pois era grande o ânimo da reconciliação.”(REIS 2004: 45-46)

Em segundo lugar, essa transformação da sociedade encontra sentido na dicotomia Estado x Sociedade. Nesses termos a sociedade teria sido reprimida, toda ela, em função de um grupo que toma posse do poder.

Assim:

As explicações que partem das oposições vítima e algoz, opressor e oprimido, buscando respostas na repressão, na manipulação, no desconhecimento (nós não sabíamos), embora sedutoras – explicam tudo sem muito esforço e sem colocar o dedo na ferida -, levaram a distorções consideráveis. Apegadas às necessidades do

¹ REIS, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira (orgs). “Imagens da revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda nos anos 1961 – 1971”. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 2 ed.

presente, essas construções acabam por encobrir o passado, o presente, os valores e as referências das sociedades que sobrevivem às rupturas, pontes de continuidade, a sinalizar possibilidades de futuro. (ROLLEMBERG E QUADRAT, 2010: 11)

Nestas explicações, eventos importantes que marcaram o apoio social à ditadura saem de cena. As “Marchas com Deus pela família e liberdade”; as comemorações do Sesquicentenário da Independência e da copa de 1970; a alta popularidade de alguns ditadores, como Médici durante os anos do “milagre econômico brasileiro”, e mesmo o apoio de setores da Igreja Católica ao golpe que “salvaria a nação do comunismo ateu” se tornariam explicáveis apenas pelo viés da manipulação ideológica ou por certa dosagem de “inocência” imposta a sociedade que, no fundo, “desconhecia” o que se passava no interior da ditadura.

Em suma, perde-se de vista o apoio social que os regimes autoritários obtiveram das sociedades nas quais estavam inseridos. Como pensa Arendt (1973), somente numa sociedade composta por robôs, onde todos pudessem ser controlados por controle remoto, é que uma oposição tão rígida entre Estado e sociedade civil se sustenta. O que se pretende observar neste trabalho é uma das maneiras pelas quais esse apoio social foi sistematizado, via Estratégia Psicossocial, inscrita nos marcos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento e a Estratégia Psicossocial

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi um abrangente corpo teórico elaborado no interior da Escola Superior de Guerra (ESG), a partir dos anos 1950. A DSN, embora sofresse alterações de acordo com as conjunturas diferentes do Brasil, pode ser entendida como um “manual” que continha os principais pontos a serem observados pelos militares durante a existência da ditadura militar.

Construída durante os anos da Guerra Fria, a DSN aglutinava em sua órbita dois conceitos importantes a serem aplicados na sociedade brasileira: segurança e desenvolvimento econômico. Tendo em vista o lugar que o Brasil ocupava na geopolítica do mundo, ou seja, o de coadjuvante no contexto internacional, já que o protagonismo dos eventos estava ligado as duas potências mundiais (Estados Unidos e União Soviética), o conceito de segurança foi se aproximando do conceito de “inimigo interno”.

Tal conceito primava não pelo ataque direto dos comunistas, mas pensava um ataque vindo dos próprios cidadãos brasileiros que tentariam impor o comunismo contra “a tradição liberal e cristã” que existia no Brasil. Desta maneira todo cidadão poderia ser um “inimigo” em potencial.

Em termos de desenvolvimento, a DSN pensava num desenvolvimento econômico atrelado a penetração do capital internacional (capitalismo dependente), como maneira de promover um rápido desenvolvimento econômico. Em termos de sociedade, privilegiava o “sacrifício” de uma maioria (políticas de arrocho salarial, por exemplo) em função do crescimento econômico rápido.

Alves (2004:42) afirma:

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi formulada pela ESG, em colaboração com o IPES e o IBAD, num período de 25 anos. Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e diretrizes para a infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódicos.

Esse “abrangente corpo teórico” era composto por estratégias que tinham como objetivo mapear os diversos setores sociais. Eram elas: 1) Política: Define as metas e diretrizes de Estado para a neutralização de óbices, antagonismo ou pressões na esfera política (Executivo, Legislativo e Judiciário e os partidos políticos); 2) Econômica: Ocupa-se igualmente dos setores privados e público da economia. Essencialmente, trata de compilar as informações para o desenvolvimento econômico integrado à política de Segurança Nacional; 3) Militar: deve controlar a Marinha, o Exército, a Aeronáutica e todas as corporações paramilitares; 4) A estratégia Psicossocial.

De acordo com o Manual Básico da Escola Superior de Guerra (1976:545):

As informações no campo psicossocial estudam o homem e a sociedade, com vistas a determinar suas características, peculiaridades e vulnerabilidades, para daí inferir o valor atual e futuro dessa expressão do poder. As informações sobre o campo psicossocial do próprio País ganham realce, em nível estratégico, quando aspectos dessa expressão tomam o caráter de antagonismo ou pressão. Todavia, nos dias de hoje, pela presença sempre atuante do Movimento Comunista Internacional – MCI, de natureza predominantemente psicológica, é, sem dúvida, no campo interno, a expressão do Poder que maiores preocupações inspira aos órgãos de informação. Os fundamentos e fatores da expressão psicossocial devidamente analisados e interpretados ensejam o conhecimento da realidade social de um

determinado país e proporcionarão subsídios para a tomada de decisões adequadas, especialmente no campo das relações diplomáticas, em tempo de paz, ou em emprego da arma psicológica, quando julgada conveniente, em particular nas situações de beligerância.

Tal como a definição se apresenta, podemos observar a necessidade levantada do “conhecimento da realidade social de um determinado país” como maneira de buscar uma intervenção que seria “psicológica em situações de beligerância”, é essa intervenção psicológica, e não a custos exclusivamente da repressão que buscaremos observar.

Sempre analisando o que eles chamam de “Movimento Comunista Internacional (MCI)”, com o auxílio da Estratégia Psicossocial, foi construído um discurso em ampla defesa dos “valores” da sociedade brasileira que deveriam ser preservados frente a atuação dos movimentos externos, que tinham, segundo a ditadura, no fundo, o objetivo de destruir não os valores, mas a própria existência da sociedade enquanto nação.

Esse “sistema de valores” é analisado por Rezende (2001:36)

Pode-se mencionar como parte deste processo singularizado de busca de legitimidade, somente a título de exemplo, que a ditadura inventava um ideário de democracia pautado no processo de sedimentação de um sistema de idéias e valores em que a questão da segurança nacional, da ordem, da preservação da família, do saneamento moral, etc. sobrepujam-se em absoluto às questões relativas aos direitos políticos e individuais, dentre outros. A idéia de direito nos moldes desenvolvidos historicamente, estava complementa ausente.

Desta maneira, esse conjunto de valores seria sempre levantado como uma espécie de salvo conduto que justificava a existência da ditadura em vários momentos diferentes. Em 1964, o golpe viria em função do resguardo destes valores; em 1968 o Ato 5 e o fechamento das vias legais era justificado em função dos “grupos armados” que estavam ainda interferindo no bom desenvolvimento da sociedade brasileira; durante os anos do “milagre econômico brasileiro” (1970 – 1974) era resultado não apenas da aplicação de um novo tipo de política econômica, mas, também, de uma política construída com o “honestidade” e “moralizada” e, por fim, a Lei de Anistia (1979) e o processo de abertura deveriam ocorrer dentro desses marcos, preservando a “instituição” da família brasileira, evitando os revanchismos e o “estado de espírito” de 1963 para que um retrocesso não ocorresse.

Ao analisar os aspectos “subjetivos”, não os tomamos como aspectos falseados da realidade e nem separados dela. Acreditamos que seja preciso romper com a dicotomia razão/emoção como se as atitudes do seres humanos fossem desconectadas umas das outras, numa espécie de divisão interna. Acreditamos que os valores subjetivos foram movidos em diversos momentos dentro dos marcos da razão e com objetivos concretos.

No caso deste trabalho, o estudo de tais valores (família, fé, a boa moral e os bons costumes) deveria ser ponto de partida para observar a intervenção dos militares na sociedade brasileira em busca de adesão ao seu projeto político/social e da construção de sua legitimidade.

Assim:

Atuar no âmbito subjetivo era, sem dúvida, considerado pelos condutores da ditadura essencial no processo de sua manutenção, uma vez que garantia as condições psicossociais da segurança nacional. A tarefa dos setores dirigentes tornar-se-ia cada vez mais fácil à medida que os objetivos e desígnios da ditadura fossem internalizados pela maioria da população brasileira, a qual deveria passar a acreditar de maneira absoluta que a liberdade não poderia ultrapassar os limites traçados pelos seus condutores, pois ela poderia conduzir a sociedade a uma verdadeira barbárie. (REZENDE, 2001: 45-46)

A “segurança nacional” estaria garantida, portanto, a partir do momento em que toda a sociedade estivesse incorporado esse sistema de valores que eram projetados sobre ela. É nesse contexto que a segurança nacional saía da órbita exclusiva do Estado para ser obrigação de todos os cidadãos. Jorge Boaventura², jornalista, conferencista e instrutor na ESG, faz esta análise:

“Neste particular, creio que estamos muito à frente, porque a segurança refere-se à nação: “a garantia, em grau variável, proporcionada à nação principalmente pelo Estado”... portanto não exclusivamente pelo Estado. E por que principalmente pelo Estado? Porque o Estado é a instituição política basilar e porque ele dispõe de uma série de instrumentos adequados à realização de ações, de tal sorte que essas ações possam ser úteis à criação da sensação, do estado, do ambiente de segurança “por meio de iniciativas políticas, econômicas, psicossociais e militares.””

Boaventura corrobora com a tese do Manual, ou seja, de que compete ao Estado sistematizar o monopólio da força ao organizar a polícia política, por exemplo, mas cabe à

² BOAVENTURA, Jorge. “A doutrina de segurança nacional”. PP. 48. IN OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de (coord.). Militares: pensamento e ação política. Campinas: Papyrus, 1987. PP. 45 – 52.

nação (seus cidadãos) também pensarem e agirem em função da “segurança nacional”, tendo em vista que o objetivo do desenvolvimento do Brasil não era um objetivo da ditadura, mas era objetivo de toda a nação brasileira.

Como o mesmo conclui:

...diria que a segurança nacional, esse estado, esse sentimento que satisfaz, que tranquiliza, e portanto, compõe os ingredientes da nossa felicidade, tal como ela possa existir, é algo que se refere apenas ao universo antagônico. O que é que a Doutrina da ESG chama de universo antagônico? É aquele composto por forças, por antagonismos e pressões que deliberadamente se voltam contra a consecução dos objetivos nacionais permanentes, ou contra a manutenção desses objetivos. É a esse universo antagônico que a segurança se refere, não a outra coisa. Portanto a segurança é nacional. Não se refere ao Estado e muito menos ao governo, mas sim à nação³.

Assim, ao Estado compete a função de minimizar os “antagonismos e pressões”, basicamente ligados a toda oposição (seja ela ligada ao MDB ou à esquerda armada), uma vez que eles estavam atentando contra a própria existência da nação. Por outro lado, era necessário preservar e vigiar a manutenção dos “valores reais” da sociedade brasileira, valores estes que não existiam em função do Estado, mas sim estariam intrinsecamente associados a formação histórica da nação brasileira.

Em suma, seriam os militares os “leitores por excelência” do Brasil e caberia a eles, portanto, a preservação destes valores. Com este pano de fundo é que se justificavam os atos promovidos pelo regime e na medida em que a sociedade fossem incorporando este conjunto de valores os antagonismos iriam sendo eliminados e o retorno a um tipo de democracia idealizado pelo grupo de poder poderia ser retomado.

Como afirma Rezende (2001:49):

“A cristalização de interesses e de valores sociais era, durante a ditadura, mostrada como a essência daquele processo político. Segundo a doutrina da ESG no que diz respeito aos denominados grandes “objetivos nacionais”, o regime militar tentava construir sua legitimidade a partir de uma ideia de desenvolvimento (econômico) e de evolução (moral e cultural) que se pautava na ideia de segurança nacional; a qual passava, por sua vez, a justificar todos os seus atos e desígnios. A adesão ao regime dependia, assim, segundo os seus ideólogos e condutores, da capacidade de direcionamento do sentido das ações dos diversos segmentos sociais. Isto implicava numa luta constante para captar a subjetividade dos indivíduos e grupos sociais. Esta preocupação esteve presente não somente durante todo o

³ BOAVENTURA, Jorge. “A doutrina de segurança nacional”. PP. 51. IN OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de (coord.). Militares: pensamento e ação política. Campinas: Papyrus, 1987. PP. 45 – 52.

regime militar, mas também no período de preparação do golpe que se concretizou em 1964”.

Como é possível observar, a ditadura procurou suas bases de legitimação para além do uso exclusivo da força. A existência de uma densa rede construída em função da repressão política a partir da criação do Serviço Nacional de Informações e do aperfeiçoamento de agências já existentes, como o caso do Cenimar, Ciex e Cisa, não pode significar a inexistência de um “aparato de legitimidade”, que buscava interferir na sociedade brasileira de maneira a padronizar seus comportamentos em função de uma leitura de Brasil feita pela ESG e sistematizada na Doutrina de Segurança Nacional. Desta maneira “a investigação de sua denominada estratégia psicossocial aponta para uma organização de poder em que não se pretendia deixar escapar nada de seu controle, ou seja, batalhava-se cotidianamente para intervir nas entranhas da vida social.” (REZENDE, 2001:53).

O aparato repressivo existia em função dos “antagonismos” e dos “óbices” inerentes a toda sociedade, mas que deveriam ser eliminados não apenas pela coerção e eliminação física, mas, também, por um processo de formatação da sociedade que fosse condizente com os valores tidos como os “verdadeiros”.

Bibliografia:

- ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.
- ARENDETT, Hanna. *Crises da república*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano Vol. 4: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. PP. 13-42
- CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria (org). *Dossiê Geisel*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- Cordeiro, Janaína. *Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici*. Revista Estudos Históricos, América do Norte, 2211 09 2009.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Delume Dumará, 1994 a.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Delume Dumará, 1994 b.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a Abertura*. Rio de Janeiro: Delume Dumará, 1995.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: Conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, Escola Superior de Guerra, Departamento de Estudos. *Manual Básico*. 1976
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano Vol. 4: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano Vol. 4: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. PP. 167-206.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FIGUEIREDO, Marcus F. e KLEIN, Lúcia. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- LIMA, Odair de Abreu. *A tentação do consenso: O trabalho da AERP e o uso dos meios de comunicação como fontes de legitimação dos governos militares (1964 - 1974)*. 1997. 180 f. Dissertação (Mestrado História Social), PUC-Campinas, Campinas, 1997.

NOVAIS, F; SCHWARCZ, Lilia. *História da vida privada no Brasil, vol. 4*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de (coord.). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987.

REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

REZENDE, Maria José. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: Ed. UEL, 2001.

ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina, volume II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.